

INFLAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E A ELASTICIDADE PREÇO-PRODUÇÃO

WILLIAM O. THWEATT,
STEPHEN C. KANITZ ¹

A controvérsia monetarista-estruturalista gira fundamentalmente em torno da existência ou não da chamada inflação benéfica. Portanto, a intenção deste trabalho é apontar as linhas gerais de uma especificação mais liberal da inflação, bem como apontar a existência da inflação benéfica no Brasil.

Estudando a relação entre o crescimento econômico e o nível dos preços utilizamos um conceito de elasticidade para definir inflação, relacionando a taxa de desenvolvimento econômico com a taxa de aumento do nível de preços. Definiremos, portanto, a elasticidade preço-produção como sendo a relação entre a variação percentual dos preços, dividida pela variação percentual no produto nacional, num dado período:

$$EPP = \frac{\%dP}{\%dPN} = \frac{V_P}{V_{PN}}, \text{ sendo}$$

P = nível de preços, PN = Produto Nacional e V_P e V_{PN} = taxas de aumento dos preços e da renda respectivamente.

Muitos economistas definem inflação como sendo um aumento de preços excessivo e nem todos concordam com o grau de inflação considerado como sendo permissível. Outros são bem mais rigorosos, consideram qualquer aumento de preços como sendo inflacionário, mesmo uma elevação de somente 1%. Todos, porém, irão concordar que aumentos de preços excessivos são maléficos, especialmente em países já desenvolvidos, exigin-

1) Prof. William Thweatt, prof. da Universidade de Vanderbilt, ligado ao Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo. Stephen Kanitz, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da U.S.P. e pertencente ao mesmo Instituto.

do, portanto, medidas monetárias de correção. Por outro lado, como os países subdesenvolvidos são carentes de poupança real, vários economistas tendem a recomendar a impressão de papel-moeda na expectativa de que os investimentos resultantes destes deficits aumentem a taxa de investimento e, portanto, a taxa de crescimento econômico. Os países subdesenvolvidos, portanto, tomam uma atitude bem mais liberal com relação aos aumentos de preços. Se o aumento de preços for decorrente do crescimento econômico, então ele será justificável mesmo diante de uma taxa de inflação de 20% ou mais.

Grande parte das discussões entre monetaristas e estruturalistas poderia ser evitada se pudéssemos determinar o grau de inflação a ser considerado como benéfico. Muitos economistas concedem que um certo grau de inflação é permissível para os países subdesenvolvidos, mas que, ultrapassado um determinado ponto crítico, ela deixará de fomentar o desenvolvimento econômico e irá inclusive impedi-lo. Entre estes dois extremos encontramos vários graus de inflação a definir e poucos irão incorrer no risco de sugerir uma certa taxa como sendo a taxa ótima, devido ao grande número de dados contraditórios existentes. A fim de eliminar estas variações, a introdução da variável renda parece ter sido bem promissora.

Com o auxílio do conceito de elasticidade EPP tentamos, portanto, criar uma definição de inflação aceitável aos economistas conservadores e, ao mesmo tempo, aos mais liberais. Definiremos então a inflação como sendo a situação em que a taxa de crescimento dos preços é superior à taxa de crescimento da renda, num dado período de tempo. Isto significa que dado uma EPP elástica, teremos inflação mas, se os preços alcançarem uma taxa de 6% enquanto a economia crescer a 7% deveremos considerar estes 6% de aumento no nível de preços como sendo não inflacionário. Aumento de preços inflacionário seria, portanto, aquele que ultrapassasse a taxa de crescimento da economia. Sob esta definição, um aumento de 1% nos preços seria inflacionário numa economia estagnada. Assim sendo, aumentos de nível de preços não poderão ser considerados excessivos nem moderados por si só, mas sim dependentes das taxas de crescimento da renda. Economias em franca expansão poderão sofrer variações de preços elevados sem estar em períodos de inflação.

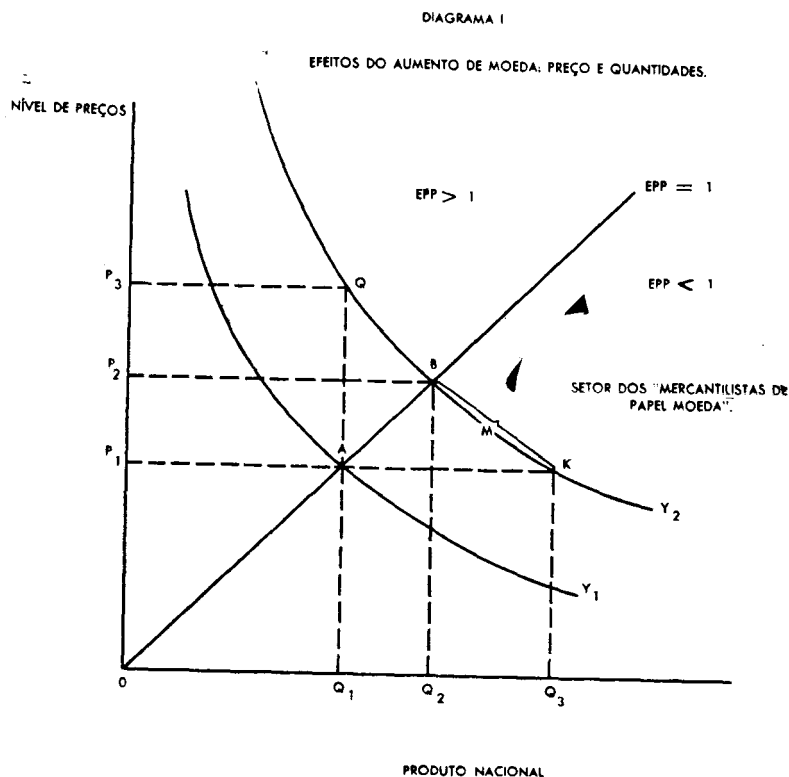
O surgimento ou não de uma inflação devido ao aumento da demanda monetária de um financiamento deficitário dependerá naturalmente das suposições feitas preliminarmente. Acredito existirem pelo menos três modelos a serem considerados:

1. O modelo da Teoria Quantitativa, no qual deficits geram somente aumentos de preços, apresentando uma EPP infinita.
2. O modelo keynesiano, no qual deficits acarretam exclusivamente aumentos de produção e a EPP será igual a zero.

3. O modelo dos "Mercantilistas do Papel-Moeda",² no qual os preços e a produção sofrem uma variação positiva, mas a VPN excede a VP acarretando uma EPP inelástica.

O diagrama ilustra os três modelos. A medida que a quantidade de moeda aumenta de Y_1 para Y_2 (representando o nível de renda em termos monetários) teremos:

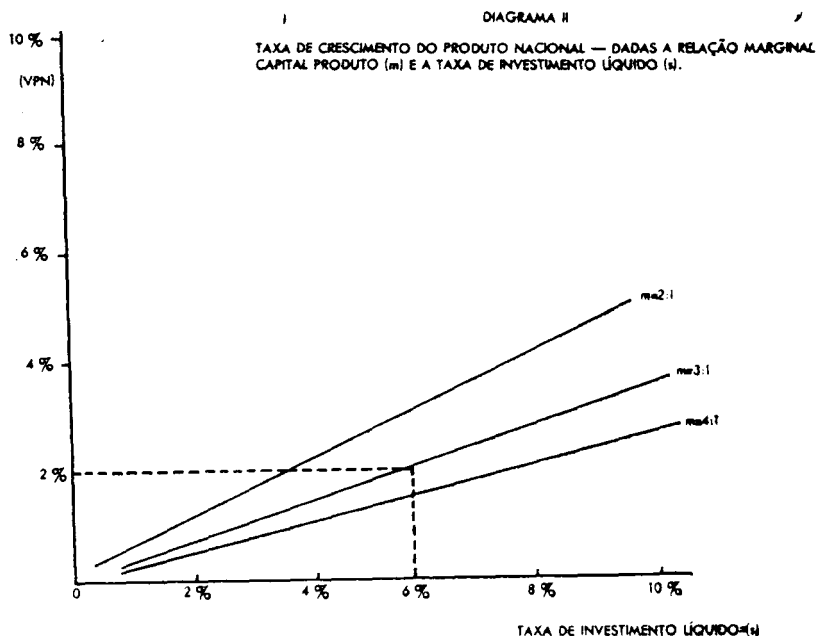
- um aumento de preços de OP_1 a OP_3 , o nível de renda permanecendo constante OQ_1 , consequência proposta pela teoria quantitativa;
- os preços permanecem constantes, enquanto que a renda se eleva de OQ_1 até OQ_3 , segundo a teoria keynesiana, na qual a EPP equivale a 0;
- a situação dos "Mercantilistas do Papel-Moeda": preços e produção aumentam (como no ponto M do diagrama I), no qual a EPP é inelástica.



2) Refere-se ao grupo de mercantilistas como John Law e Bishop Berkeley que recomendaram a emissão de papel-moeda a fim de aumentar os meios de pagamento e, portanto, incentivar o comércio exterior.

Em resumo, a Teoria Quantitativa é uma argumentação a curto prazo contra o financiamento deficitário, a Teoria Keynesiana uma argumentação a curto prazo a favor do financiamento deficitário e a Teoria Mercantilista uma argumentação a longo prazo a favor do financiamento deficitário.³

Surge então o problema da determinação do grau de financiamento deficitário compatível com a taxa máxima de aumento de preços não-inflacionários.



- 3) O economista David Hume (1711-1776) apontou os efeitos estimulantes decorrentes de um aumento da moeda ao escrever: "na situação transitória ou intermediária entre o recebimento da renda e o aumento no nível de preços... a crescente quantidade de ouro e prata é favorável à indústria. Uma política eficaz consistiria em conservar esta taxa de aumento (da moeda) pois, deste modo, mantém-se vivo o espírito de indústria e aumenta-se a oferta de trabalho, no qual reside todo o poder e toda a riqueza". (*Essay on Money*, 1752). Keynes, citando o parágrafo acima (*General Theory*, 1936, página 343), elogia Hume por ter dado ênfase ao período transitório e não ao equilíbrio em si e então comenta: "é no período de transição que nós desenrolamos as nossas vidas". Aliás, esta frase explica o significado de uma outra citação famosa de Keynes de que "a longo prazo estaremos todos mortos". Na verdade Keynes disse: "a longo prazo estaremos todos mortos. Os economistas propõem uma meta muito simples e inútil se numa situação turbulenta o máximo que nos podem dizer é de que o mar estará calmo novamente após a tempestade passar".

O modelo proposto neste artigo pretende resolver esta questão, utilizando-se da Teoria Quantitativa para os efeitos a curto prazo e um modelo de crescimento econômico a fim de mostrar as consequências a longo prazo. O modelo tende a indicar, sob certas premissas simplificadoras mas razoáveis, a taxa máxima de financiamento deficitário consistente com a EPP unitária.

Dada a equação Harrod-Domar, $V_{PN} = s/m$, nota-se que, quando a taxa de poupança realizada (= investimento) fôr igual a 12% da renda nacional e, dada uma relação marginal produto-capital igual a 3:1 então a taxa de crescimento da renda nacional deverá ser de 4% ao ano.

O diagrama II mostra gráficamente a relação entre o investimento real (investimento líquido) e a taxa de crescimento de produto real, dados vários valores para a relação marginal produto-capital.

Tendo relacionado V_{PN} , (m) e a taxa de investimento real (s) iremos agora relacionar a taxa de aumentos dos preços (V_P) com a diferença entre a poupança ex-ante e a ex-post. A nossa hipótese principal é de que quando (s) = (1) teremos estabilidade de preços pois não somente encontraremos equilíbrio no setor de bens de capital, mas bem como no setor de bens de consumo. O diagrama III explica o acima exposto.

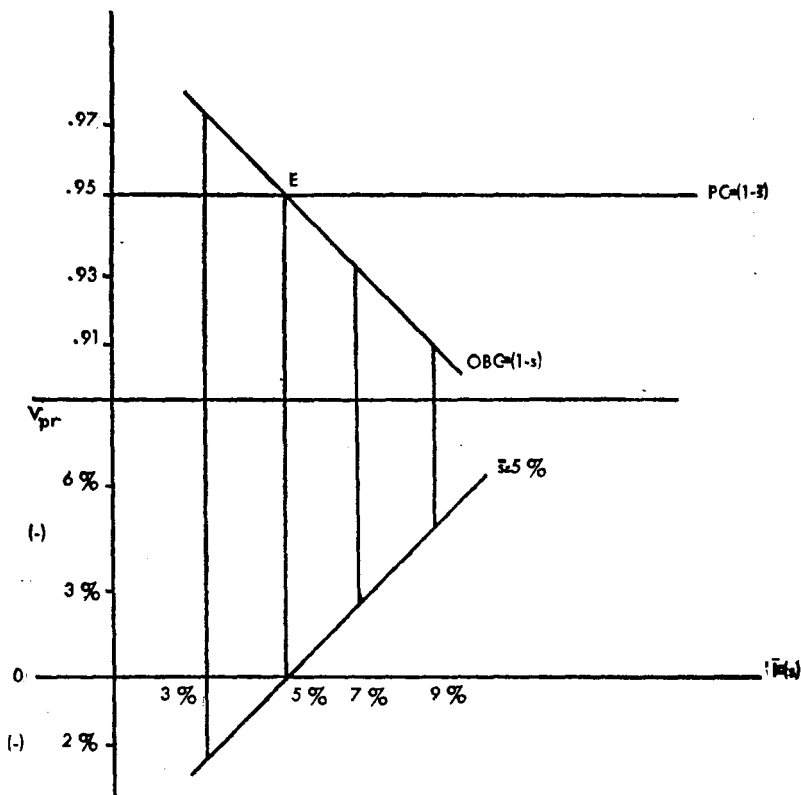
A procura dos consumidores (PC) é uma função do que se pretende gastar em bens de consumo, que, por sua vez, é uma função do que se pretende poupar, tal que $(PC) = (1-s)$. O diagrama III fornece um PC de 95%, no qual a poupança planejada corresponde a 5%. A oferta de bens de consumo, por outro lado, é uma função da distribuição dos recursos entre os setores de produção de bens de consumo e de bens de capital e, esta distribuição, por sua vez, é uma função da poupança e do investimento realizado. Portanto, quando (s) fôr 3% a oferta de bens de consumo será 97% e quando (s) fôr 6% (OBC) será 94%. Naturalmente, quando $s = \bar{s}$ teremos $(1-s) = (1-\bar{s})$ tal que a poupança será igual ao investimento e ao mesmo tempo teremos igualdade entre a oferta e a procura de bens de consumo, assegurando assim a estabilidade dos preços. Mostramos no diagrama nº 4, o caso em que PC e OBC estão em equilíbrio no ponto E e $s = \bar{s}$, ambos a 5%.

Ao introduzirmos um deficit governamental (d), igual digamos a 2% da renda nacional, teremos o investimento real (s) superior a \bar{s} por 2%. Ao mesmo tempo $(1-s) = PC$ será 2% menor do que $(1-\bar{s})$, e teremos uma pressão ascendente atuando sobre o nível de preços. Supomos que a curva de oferta seja perfeitamente inelástica, acarretando assim um aumento de preços igual a 2%. Esta suposição superestima a elevação dos preços, pois, a curva de oferta agregada apresenta certo grau de elasti-

dade a curto prazo, mas subestima esta elevação quando consideramos que a velocidade de circulação da moeda tenderá a elevar-se com o aumento de nível de preços. Estas duas forças opostas aliadas à rigidez da curva de oferta agregada da maioria dos países subdesenvolvidos; significa que o aumento dos preços corresponderá aproximadamente ao valor da relação *deficit-renda*. Isto é, $V_p - d = s - \bar{s}$.

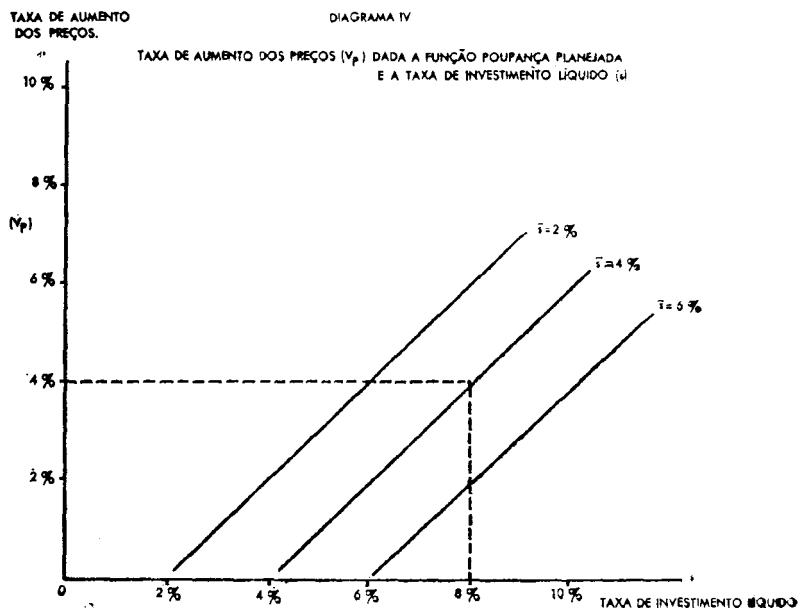
DIAGRAMA III

TAXA DE AUMENTOS DOS PREÇOS (V_p) DADA A OFERTA E A PROCURA DE BENS DE CONSUMO E, PORTANTO, A POUPANÇA REAL E PLANEJADA (s) E (\bar{s}).



No diagrama IV abaixo ilustramos a situação em que $s = 8\%$, $\bar{s} = 4\%$, tal que o deficit (d) e a taxa de crescimento dos preços, V_p equivalham a 4%.

No diagrama II mostramos a relação entre a taxa de investimento líquido (s) e a taxa de crescimento da renda real (V_{PN}) dada uma relação marginal capital-produto (RMCP). No diagrama IV ilustramos a relação entre a taxa de investimento (s) e a taxa de aumento dos preços (V_P) dada a função de investimento planejado (\bar{s}). No diagrama V, juntamos as informações contidas nos diagramas II e IV e relacionamos a taxa de crescimento da renda e preços à taxa de investimento líquido (s) dada por: (1) a relação MCP e (2) a função investimento ex-ante (\bar{s}). Por exemplo, se o investimento real for igual à poupança ex-ante (isto é, investimentos ex-ante e ex-post iguais) não haverá pressão alguma sobre o nível de preços e a taxa de aumento será igual a zero. Tal seria o caso nos pontos em que a função poupança ex-ante (\bar{s}) cortar o eixo horizontal.



Isto significa que neste nível de preços a oferta de bens consumo equivale a sua procura. Isto é, $PC = 1-\bar{s}$ equivale a $OBC = 1-s$ quando (s) for igual a (\bar{s}), tal que $V_P = 0$.

Supondo uma relação MCP de 2:1 então para (s) igual a 4% e (\bar{s}) igual a 2% (ver diagrama V o ponto marcado 2:2) notamos que $V_{PN} = 2\%$ ($4\%/2:1 = 2\%$) e $V_P = 2\%$ ($4\% - 2\% = 2\%$). Todas as interseções com as várias RMCPs e as funções de investimento ex-ante do diagrama 5 indicam os valores máximos de investimento deficitário ($s-\bar{s}$) consis-

tes com um V_P nunca superior a V_{PN} , tal que a elasticidade EPP seja igual a unidade. Nestes casos teremos o máximo de aumento de preços não-inflacionários.

Note-se que dada a relação MCP, quanto maior a função de poupança planejada (FPP) maior será o investimento em excesso ao investimento planejado, consistente com uma política não-inflacionária. Ao mesmo tempo dada uma função de investimento planejado, quanto menor a relação MCP maior será o volume de investimento líquido consistente com uma situação não-inflacionária.

Se preços inflacionários são definidos como aqueles que excedem a taxa de crescimento (V_P maior V_{PN}), então o valor máximo de financiamento deficitário seria dado pela equação de equilíbrio $(s-\bar{s}) = \frac{s}{m}$.

$$\text{Isto é, } (s-\bar{s}) = d = V_P \text{ e } s/m = V_{PN}.$$

Portanto, se quisermos impedir uma inflação mesmo quando deficits são incorridos para fins de desenvolvimento, então V_P não poderá exceder V_{PN} e isto é conseguido quando $V_P = V_{PN}$ tal que $d = (s-\bar{s}) = s/m$.

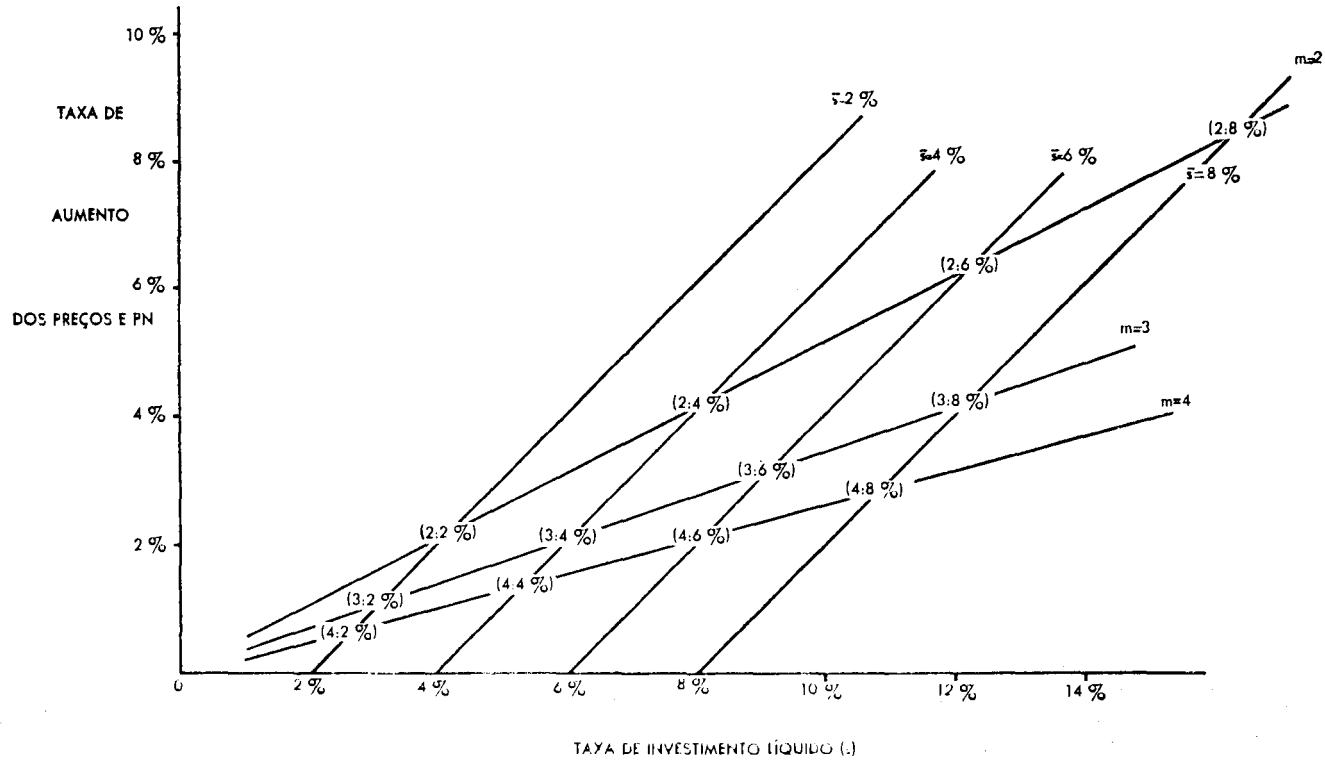
A tabela abaixo apresenta as taxas máximas de investimento não-inflacionários dados vários valores para a relação RMCP e s_c .

A análise até agora mostra que quanto maior a função poupança planejada (FPP) e quanto menor a relação MCP tanto maior será a taxa máxima de investimento não-inflacionário. Ao mesmo tempo à medida que a FPP aumenta, a taxa máxima também aumentará, como se observa na Tabela I.

TABELA I

Poupança Planejada (\bar{s})	Relação Marginal Capital-Produto — RMCP								
	1.5:1	2:1	3:1	4:1	5:1	6:1	8:1	10:1	11:1
2%	6.0	4.0	3.0	2.67	2.50	2.4	2.29	2.23	2.2
3%	9.0	6.0	4.5	4.00	3.75	3.6	3.43	3.34	3.3
4%	12.0	8.0	6.0	5.33	5.00	4.8	4.57	4.45	4.4
5%	15.0	10.0	7.5	6.67	6.25	6.0	5.71	5.56	5.5
8%	24.0	16.0	12.0	10.67	10.00	9.6	9.14	8.89	8.8
10%	30.0	20.0	15.0	13.33	12.50	12.0	11.43	11.12	11.0

DIAGRAMA V: TAXA MÁXIMA DE POUPANÇA — DADOS FPP, (n) E RMCP (m)



Por exemplo, com uma RMCP de 3:1 à medida que a FPP aumenta de 2 para 4%, o Investimento Máximo Não-Inflacionário (IMNI) aumentará de 3% para 6%. Ou então, com uma RMCP igual a 5:1 a FPP aumentará de 4% para 8%, passando o IMNI de 5 para 10%.

Por outro lado, à medida que a RMCP aumenta (supondo uma FPP constante), o IMNI será menor, mas a relação não será agora tão simples quanto antes. Por exemplo, se a RMCP duplicar o declínio no IMNI dependerá do valor inicial da RMCP. Isto é, se a RMCP aumentar de 1.5:1 para 3:1 (com uma FPP igual a 2%) então o IMNI será reduzido de 6% para 3%.

Poderemos então concluir: quanto menor a relação marginal capital-produto, tanto maior será a capacidade de absorção do investimento deficitário (porém, não-inflacionário), mas a medida que esta capacidade for sendo utilizada e, portanto, a relação MCP se elevar, a possibilidade de investimentos não-inflacionários adicionais será sensivelmente reduzida. Por outro lado, quanto maior o valor inicial da relação marginal capital-produto, menor será a possibilidade de investimento deficitário, mas a medida que a relação MCP aumentar, menor será a redução na capacidade de absorção.

TABELA 2

REDUÇÃO DA TAXA MÁXIMA DE INVESTIMENTO (S)
A MEDIDA QUE A RMCP DUPLICA EM VALOR

<i>RMCP inicial</i>	<i>RMCP final</i>	<i>Redução percentual em (s)</i>
1.5:1	3:1	50
2:1	4:1	33
3:1	6:1	20
4:1	8:1	14
5:1	10:1	11

Por exemplo, se um país subdesenvolvido A começar sua industrialização com uma FPP de 4% e uma relação MCP favorável, como 1.5:1 e decidir recorrer a uma política de financiamentos deficitários consistente com um não-inflacionamento, poderá então aumentar a sua poupança para 12%. Notamos na Tabela I, que V_{PN} aumentaria para 8% ($s/m = 12\%/1.5:1$) tal qual V_P ($s = \bar{s} = 12\%-4\%$). Mas se a RMCP se elevar para 3:1 então o investimento máximo será somente de 6%, uma redução de 50%.

Por outro lado, um país B com a mesma FPP (de 4%) mas apresentando uma RMCP mais elevada de 2:1, então a medida que aumentar o seu investimento de maneira consistente com o teto equivalente ao aumento dos preços, estará investindo então 8% e alcançando a EPP unitária com V_p e V_{PN} iguais a 4%. Isto é, $(s/m = 8\%/2:1$ e $s=\bar{s} = 8\% - 40\%)$. Agora se a RMCP do país B duplicar (de 2:1 para 4:1) o seu IMNI reduzir-se-á de 8% para 5,33 uma queda de 33%. Portanto, a medida que a RMCP dos países aumentar, o país com a RMCP menor no período inicial (e portanto, com uma capacidade de financiamento deficitário maior) perderá uma porção relativamente maior desta capacidade. Por outro lado, o país com a RMCP mais elevada perderá menos desta capacidade inicial, muito embora tenha começado seu desenvolvimento com uma capacidade mais reduzida.

Em ambos os casos, porém, a medida que a RMCP duplicar em valor (a função poupança planejada permanecendo constante) os países estarão numa situação menos favorável daquela anterior à utilização do financiamento deficitário, no sentido de que apresentam taxas de desenvolvimento menores que anteriormente.⁴

A análise acima indica, portanto, que o financiamento deficitário não será suficiente para *acelerar* o desenvolvimento econômico se empregado dentro do limite de preços não inflacionários. Isto é, talvez seja necessário um certo grau de inflação, na qual a EPP será maior que a unidade.

Notamos pela nossa análise que os países subdesenvolvidos não conseguirão manter um desenvolvimento econômico se pretenderem utilizar o financiamento deficitário somente dentro da faixa "não inflacionária". Isto é, será válido mesmo se os preços ultrapassarem as taxas de aumento permissíveis pelos economistas conservadores (bem como do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Após abordarmos a relação entre nível de preços e pleno emprego nos países desenvolvidos voltaremos a tratar da possibilidade de aumentarmos a taxa de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Veremos, então, que, contanto que a EPP não ultrapasse uma dada faixa crítica (que varia dependendo do país), a inflação poderá ser associada às elevadas taxas de crescimento nacional. Por outro lado, se a inflação ultrapassar esta faixa deixará de ser benéfica e tornar-se-á inclusive insalubre para uma política desenvolvimentista.

Considerando-se o caso de uma economia avançada como a dos EUA, encontramos boas razões para definirmos inflação segundo a elasticidade preço-produto. Poderíamos então definir pleno emprego (em economias desenvolvidas) como sendo o nível de utilização dos recursos

4) No país A, a V_{PN} reduzir-se-á do valor de 2,6% ($s/m = 4\%/1,5:1$) para 2% ($s/m = 6\%/3:1$). No país B, a V_{PN} cairá no valor inicial de 2% ($s/m = 4\%/2:1$) para 1,33 ($s/m = 5,33\%/4:1$).

correspondentes a uma EPP igual a unidade. Assim considerado, diríamos que dada uma EPP positiva e menor que um, haveria subemprego dos recursos existentes; com uma EPP unitária estaríamos em pleno emprego; e, finalmente, dada uma EPP maior que a unidade estaríamos operando além do ponto de pleno emprego e estaríamos sofrendo um aumento de preços inflacionário. Tal situação, então, exigiria medidas monetárias, a fim de obter uma contração saneadora.

Nos termos do gráfico de oferta e procura agregada (N.º VI), poderemos distinguir três áreas distintas:

I. *A Área da Teoria Quantitativa*: na qual o aumento da procura acarreta somente aumentos de preços: a renda real permanecendo constante. A EPP, portanto, será igual a infinito e a receita ou política adequada seria de contração da atividade econômica.

II. *A Área Keynesiana*: na qual o aumento da procura acarreta somente aumentos na renda e os preços permanecem constantes. Neste caso a EPP equivale a zero (não existindo problema algum de inflação nesta região de desemprego em massa), e a política monetária e fiscal recomendada seria a de expansão.

III. *A Área Neoclássica*: Na qual o aumento da procura acarreta aumentos de preços e ao mesmo tempo aumento no PNB. Neste caso, a EPP será positiva e variará entre zero e infinito, exclusive. Neste intervalo, caberia à política monetária possibilitar o pleno emprego dos fatores de produção.

DIAGRAMA VI

TRÊS ÁREAS DE POLÍTICA MONETÁRIA EM FUNÇÃO DA EPP

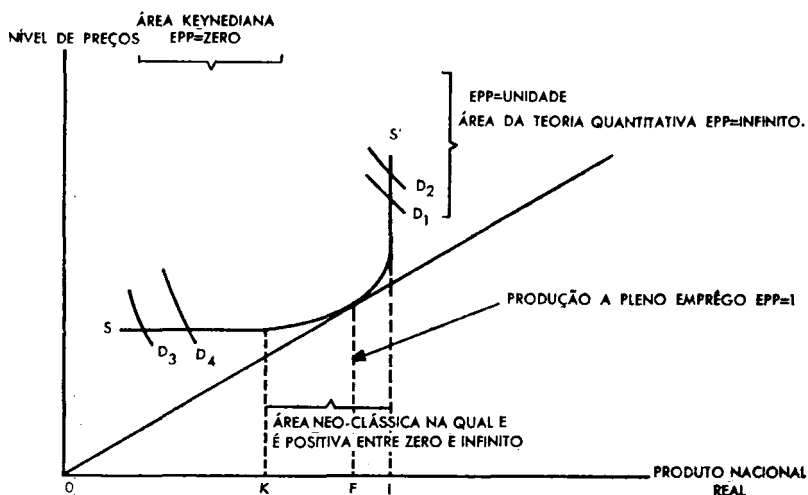


TABELA III: A ELASTICIDADE PREÇO-PRODUÇÃO NUMA ECONOMIA DESENVOLVIDA: EUA 1961/66

Ano	Índice de Preços	Variação Anual Percentual $\frac{V}{P}$	Produto Nacional Real (US\$ 1958 bilhões)	Variação Anual Percentual $\frac{V}{PN}$	EPP V_P/V_{PN}	% De Desemprego
1961	104.2	—	497.3	—	—	6.7
1962	105.4	+ 1.15	530.0	+ 6.58	+ 0.17	5.6
1963	106.7	+ 1.23	550.0	+ 3.77	+ 0.33	5.7
1964	108.1	+ 1.31	577.6	+ 5.02	+ 0.26	5.2
1965	109.9	+ 1.67	609.0	+ 5.44	+ 0.31	4.6
3.º trimestre (1965)	110.1		618.2			4.5
3.º trimestre (1966)	113.7	+ 3.3	649.3	+ 5.0	+ 0.66	3.9

Fonte: *Federal Reserve Bulletin*, Vol. 52, n.º 2 (fevereiro, 1966), págs. 262, 264, e 266, e Vol. 52, n.º 11 (novembro, 1966), págs. 1702, 1704 e 1706.

No diagrama VI a taxa de crescimento a planejar estaria representada por OF, na região neoclássica, na qual EPP é unitária.

Poderíamos então prever numa economia desenvolvida uma taxa de crescimento satisfatório aliada a um nível reduzido de desemprego, tanto que a EPP fôsse maior que zero e menor do que 1. E, de fato, a medida que a EPP elevar-se digamos de .25 para .75, poderíamos prever uma redução no nível de desemprego.

A Tabela III fornece dados referentes a Economia Americana no decorrer da administração de Kennedy.

Embora nossos dados não sejam suficientes para chegarmos a uma conclusão definitiva, nada na Tabela III é inconsistente com o nosso esquema teórico. Isto é, quando a EPP está bem abaixo da unidade V_{PN} continua bem satisfatória (ao redor dos 5%), mas, a medida que a EPP se eleva, notamos uma redução no índice de desemprego. Poderemos, porém, permitir uma EPP acima da unidade em uma economia mesmo avançada, quando em condições de guerra, acarretando um declínio da taxa de crescimento, assim que o nível de pleno emprego fôr ultrapassado. Provavelmente, dada a continuação da Guerra do Vietnam a EPP da economia americana irá eventualmente ultrapassar a unidade (indicando então somente o início de uma situação inflacionária), a medida que a oferta de trabalho diminui e a V_{FN} se chocar com teto hicksiano.

Resumindo para o caso de um país desenvolvido, poderemos concluir que, taxas relativamente altas poderão ser obtidas quando a economia estiver em pleno emprego, e isto quando a EPP fôr unitária. Uma inflação num país desenvolvido não apresentará então utilidade alguma e caberá à política monetária e fiscal, conseguir pleno emprego no ponto em que a EPP fôr igual à unidade.

Por outro lado, numa economia subdesenvolvida, na qual o problema de capacidade industrial está para ser resolvido, talvez seja conveniente permitir que a EPP alcance valores como 2, 3 ou até 8. Tal seria o caso se comprovarmos que as taxas elevadas de crescimento econômico estão associadas a uma certa faixa de inflação. O conceito da EPP relacionando os aumentos de preço e produção, permite-nos inferir algo sobre a existência da inflação benéfica.

Esta inflação benéfica, devemos salientar, possui um limite máximo além do qual ela se torna deturpadora e insalubre à economia.

A fim de comprovar a existência da inflação benéfica, bem como o seu valor, apresentamos as taxas de crescimento no produto real e dos preços no Brasil para o período de 1950 até 1963 — embora dados concretos só existam até 1960. O que poderíamos então concluir para um país em desenvolvimento?

Notamos à primeira vista que definindo inflação como $EPP=1$ então o Brasil sofreu uma inflação contínua. Isto, aliás, era de se esperar. Mas, pelo menos a partir da década dos 50, os dados seguem uma curva que fornece certa constância e que possibilita tirar certas observações preliminares acerca da relação inflação-desenvolvimento. Analisando-os, parece existir um valor crítico da EPP, entre o intervalo de 3 a 4. Então notamos o seguinte:

- a) quando a EPP do Brasil se apresenta menor que o valor crítico, então a V_{PN} é elevada acima dos 5% anualmente.
- b) quando a EPP se encontrava acima deste valor, como em 53 e 56, então o crescimento foi reduzido, abaixo da taxa de crescimento da população, isto é, a taxa de crescimento *per capita* declinava cada vez que a EPP se elevava.
- c) notamos também que cada vez que a EPP aumentava o crescimento declinava.
- d) os dados para 1960 não conformam plenamente com a teoria, mas acreditamos que o caráter provisório destes dados ofereçam a explicação requerida.

TABELA IV

A EPP E SUA RELAÇÃO COM A V_{PN} NUM PAÍS SUBDESENVOLVIDO,
MAS, EM CRESCIMENTO: BRASIL 50/63

ANO	Taxa anual de crescimento dos preços do PN real		EPP
1960	+ 11.9	+ 5.0	+ 2.4
1961	+ 14.9	+ 5.1	+ 2.9
1952	+ 8.6	+ 5.6	+ 1.5
1953	+ 18.6	+ 3.2	+ 5.8
1954	+ 20.2	+ 7.7	+ 2.6
1955	+ 16.7	+ 6.8	+ 2.5
1956	+ 25.5	+ 1.9	+ 13.4
1957	+ 11.8	+ 6.9	+ 1.7
1958	+ 16.3	+ 6.6	+ 2.5
1959	+ 27.2	+ 7.3	+ 3.7
1960	+ 25.4	+ 6.3	+ 4.0
1961 *	+ 37.1	+ 7.7	+ 4.8
1962 *	+ 50.8	+ 5.2	+ 9.8
1963 *	+ 72.8	+ 2.0	+ 36.4

* Dados Provisórios

Fonte: I.B.G.E.: Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1965.

Baseados no período 1950-1960, podemos generalizar nossas conclusões:

1ª) para países subdesenvolvidos elasticidades preço-produção acima da unidade parecem ser inevitáveis.

2ª) embora exista uma situação inflacionária, contanto que esta inflação não ultrapasse um certo intervalo crítico, *perfeitamente identificada através da EPP*, a inflação poderá ser considerada do tipo "Mercantilista" (ou de Hume), isto é, inflação benéfica.

3ª) assim que esta inflação ultrapassar o intervalo crítico, (de 3 ou 4 para o Brasil) então esta inflação tornar-se-á contrária à política de desenvolvimento.

4ª) neste intervalo de EPP excessiva, o crescimento econômico poderá existir mas nunca em termos de crescimento per capita, como em 1956 (EPP = 13) e em 1963 (EPP = 36) .

Se o objetivo do governo atual fôr retomar uma taxa de crescimento de 5% ao ano, então *o aumento máximo no nível de preços deverá situar-se entre 15 e 20%*; isto significa uma EPP entre 3 e 4. Se o nível de preços ultrapassar esta taxa de aumento, então pelo fato da EPP situar-se acima do teto de 4 unidades, o objetivo do governo com relação ao desenvolvimento econômico de 5% não será realizado. Portanto, a política econômica do país poderá ser de tal forma estruturada a fim de permitir um aumento de preços de 1,5% por mês, isto é, 15 a 20% ao ano.

Recentemente o Ministro da Fazenda, Prof. Delfim Netto, declarou que uma taxa de inflação de 15% ao ano seria compatível com o desenvolvimento. Conforme nosso modelo esta estimativa é inclusive conservadora. Mas, como os preços já alcançaram esta taxa nos primeiros 4 meses, o problema crucial no Brasil, não parece ser o de determinar os objetivos da política econômica, mas sim o de atingi-los.

Embora tenhamos dado ênfase aos limites da inflação benéfica, aceitaríamos uma elevada taxa de inflação como um requisito para o desenvolvimento econômico. Isto é, se a meta principal do governo é o crescimento econômico então aumentos de preços até o limite de 20%, deverão ser plenamente justificáveis. Embora esta taxa situe-se bem abaixo das taxas de inflação dos últimos anos, ela está sensivelmente acima do permitido pelo FMI, o qual equaciona estabilidade de preços com desenvolvimento econômico e prescreve simplesmente que a taxa ótima de aumento de preços deverá ser zero.

Os comentários acerca da EPP, principalmente para o Brasil e países em condições semelhantes, são bem especulativos. Seu objetivo é de sugerir um modelo que auxilie economistas na solução da charada: A inflação auxilia ou não o desenvolvimento econômico?